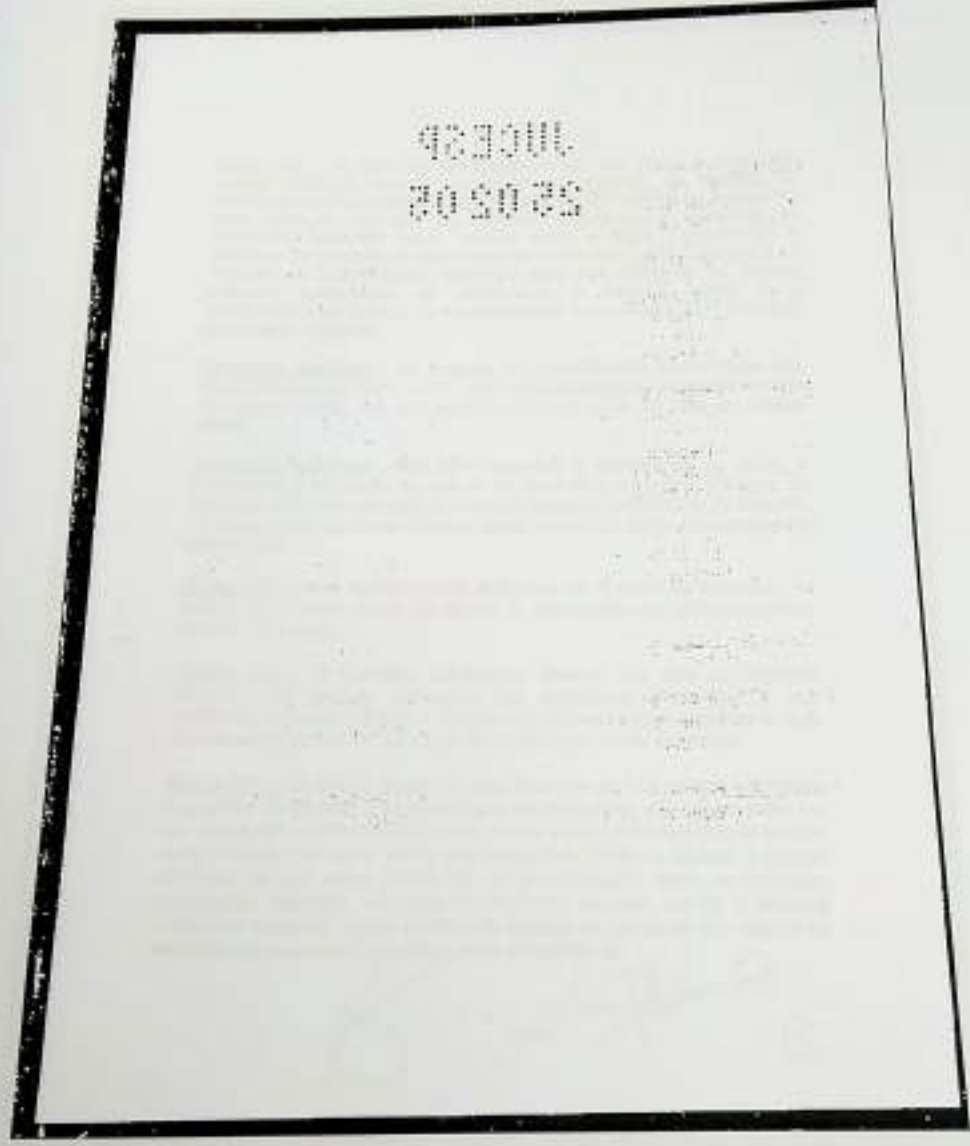




983500.
5205 02





Artigo 19º – No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente, ^{por Resolução O.C. 868/39}, se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido, ou caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

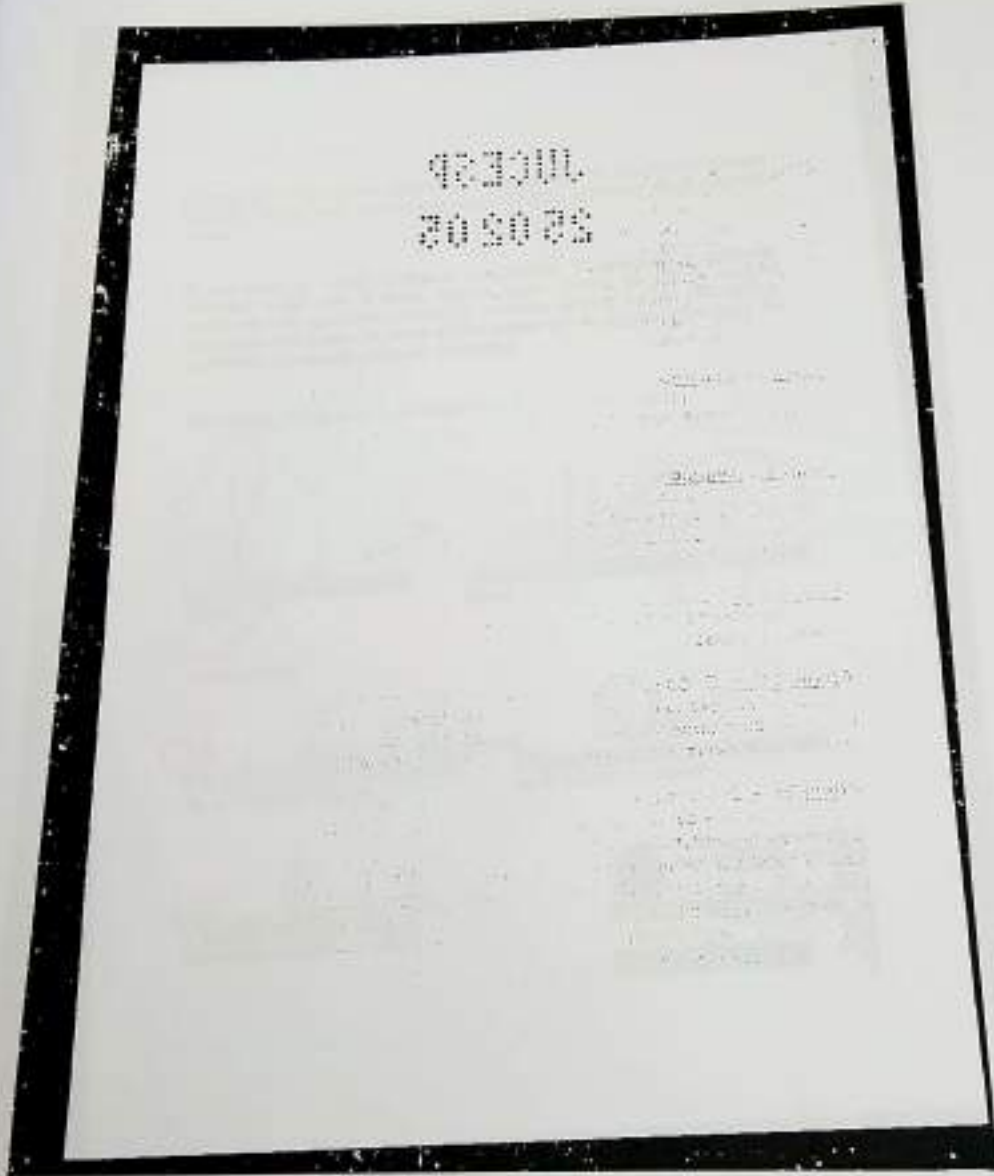
Parágrafo primeiro – Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento mortis, em 12 parcelas mensais após 60 dias do evento mortis.

Parágrafo segundo – Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

Artigo 20º – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 21º – O Contador Contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nr. 9.295/46.

Artigo 22º – Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou conta à economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.





Artigo 23º - Os sócios elegem e forão da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta contrato social.

E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todas as suas partes, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

São Paulo, 05 de janeiro de 2005.


LUIZ ALBRECHT RODRIGUES
Sócio
Testemunha:


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio.


CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
Pg. nº. 20 098 522 - SSP-SP


DENISE DELLA MONICA PEREIRA DA SILVA
Pg. nº. 20 097 71-0 - SSP-SP


VERÔNICA SILVEIRA DA SILVA
ADVOGADA - OAB/SP - nº. 101612



JUCESP





INFORMAÇÕES E DESPACHOS

Nome Empresarial: RICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

INSCRIÇÃO CADASTRAL		
DATA	MOTIVO	ESPEC

REGISTRO EM FOLHA PARA DEBATE NA JUNTA COMERCIAL

<i>Boavista</i>		
DATA	MOTIVO	ESPEC

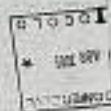
REGISTRO, ALTERAÇÃO, EXATIDÃO DO REGISTRO DE EMPRESAS E/OU
ADMISSÃO AO REGISTRO DE EMPRESAS

DATA	MOTIVO	ESPEC
------	--------	-------

REGISTRO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DO REGISTRO

DATA	MOTIVO	ESPEC
------	--------	-------

OUTRAS INFORMAÇÕES



ESTA FOLHA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL



VI ME - ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ nº 174.058/0001-18
NIRE 35.218.897.958

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204098-P-5, residente e domiciliado na Rua C, nº 104 - Apto 14, Bairro Santa Cruz - São Paulo - SP, CEP - 04182-135, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.802-3 - SSP - SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-78 e o Sr.,

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorçado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração, CRA nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Avenida Moema, nº 177 - Apto 1011 - Moema - São Paulo - SP, CEP - 04677-809, portador da cédula de identidade RG nº 5.960.264 - SSP - SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada: **EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**, estabelecida na Rua Celso, nº 79 - Vila Vermelha - São Paulo - SP, CEP: 04288-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18, e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, sob o NIRE nº 35.218.897.958 em 18/12/2004 e última alteração de nº 68.344/05-3 de 25/02/2005.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social original conforme cláusulas e condições, a saber:

A - Os sócios resolvem alterar o valor do Capital Social para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado em moeda nacional do país, divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídas entre os sócios.



Nome	Quotas	Valor reais
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	3.000	3.000,00 - 1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	297.000	297.000,00 - 99%
Totais:	300.000	300.000,00 - 100%

B - Em face da alteração ora procedida fica alterado o Artigo 6º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP: 04298-040 podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 3º - A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nr. 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, Contador - CRC nr.



15P140022/O-8, responsável pelos serviços contábeis previstos no artigo 28 do Decreto Lei Nr. 9250/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 15P204099-P-6, responsável pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 28 do Decreto Lei nr. 9250/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do Decreto-lei nr. 9250/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 03/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 6º - O valor do Capital Social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado em moeda nacional do país, divididos em 300.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídos entre os sócios:

Nome	Quotas	Valor real
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS -	3.000	3.000,00 - 1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES -	297.000	297.000,00 - 99%
Total:	300.000	300.000,00 - 100%

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, o que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no



entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representando a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

Artigo 8º. É vedado aos sócios dar fianças, aval ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprio ou em negócios que lhe sejam afeitos.

Artigo 10º. Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único. - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º. - Os sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º. - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decurso de mandato ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

Artigo 13º. - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Artigo 14º. - Os sócios reunir-se-ão, dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único. - As reuniões ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer dos sócios.

Artigo 15º. - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas,



que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 888/99, caso o sócio Contador ou técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio, cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 26 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do Profissional legalmente habilitado.

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representem a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 888/99, se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido, ou caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma

Handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and a circled number 39.



categoria profissional ou ~~lateral~~ ao objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de Profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os Jureiros do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morto, em 12 parcelas mensais após 80 dias do evento morto.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

Artigo 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 21º - O Contador Contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o sócio Contador, exceto as que se referem à alínea "C" do artigo 26 do Decreto Lei Nr. 9.295/46.

Artigo 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.


Artigo 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.



E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, depois de lida e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade:

São Paulo, 14 de abril de 2.005.


LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio.


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio.

Testemunhas:


1. CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
Rg. nº. 20.989.527 - SSP-SP


2. DENISE DELELLA MONICA PEREIRA DA SILVA
Rg. nº. 26.007.713 - SSP-SP


3. VERÔNICA SILVEIRA DA SILVA
ADVOGADA - OAB/SP nº. 101612



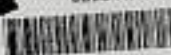
JUCESP



JUCESP

COMPANHIA COMERCIAL EXTERIOR
BENTO DE MOURA
ESTRADA DE BOMFIM, 1000
JARDIM GARDEN
04011-000
SÃO PAULO

JUCESP PROTOCOLO
882044/06-4



180
JUCESP-ESP/06-4

180
JUCESP-ESP/06-4

JUNTA COMERCIAL
SÃO PAULO
10 AGO 06
10 AGO 06

A JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
TRABALHO CACISTOL

REGIME
A. SINGULAR C. COLEGIADO

ATOS

- 1. INSCRIÇÃO DE CAPITAL
- 2. TRANSFERÊNCIA DE SEDE
- 3. CANCELAMENTO DE SEDE
- 4. CANCELAMENTO DE SEDE
- 5. SEDE
- 6. SEDE

- 7. INSCRIÇÃO DE CAPITAL
- 8. TRANSFERÊNCIA DE SEDE
- 9. CANCELAMENTO DE SEDE
- 10. CANCELAMENTO DE SEDE
- 11. SEDE
- 12. SEDE

- 13. INSCRIÇÃO DE CAPITAL
- 14. TRANSFERÊNCIA DE SEDE
- 15. CANCELAMENTO DE SEDE
- 16. CANCELAMENTO DE SEDE
- 17. SEDE
- 18. SEDE

ALTERAÇÃO

- 19. INSCRIÇÃO DE CAPITAL
- 20. TRANSFERÊNCIA DE SEDE
- 21. CANCELAMENTO DE SEDE
- 22. CANCELAMENTO DE SEDE
- 23. SEDE
- 24. SEDE

FEEL

- 25. INSCRIÇÃO DE CAPITAL
- 26. TRANSFERÊNCIA DE SEDE
- 27. CANCELAMENTO DE SEDE
- 28. CANCELAMENTO DE SEDE
- 29. SEDE
- 30. SEDE

NOME EMPRESARIAL (DESCRIÇÃO) (DE SEDE SOCIAL)
ECONOMIA AUDITORIA & CONSULTORIA LTDA

EMPRESA

RUA OSTERNA

10

SÃO PAULO

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

COMERCIAL

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000

05000-000



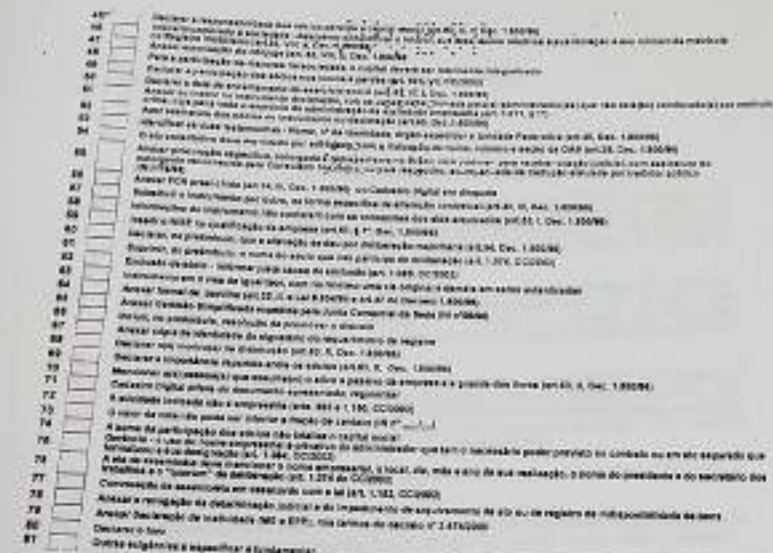
Informações e Despachos
Nome Empresarial: ESDON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

ENCARGAMENTO		
DATA	VOTO	DEB.
REQUERIMENTO PARA REGISTRO DE ENCARGAMENTO		
DATA	VOTO	DEB.
REQUERIMENTO PARA REGISTRO DE ENCARGAMENTO		
DATA	VOTO	DEB.
REQUERIMENTO PARA REGISTRO DE ENCARGAMENTO		
DATA	VOTO	DEB.
OUTRAS INFORMAÇÕES		

10 600 1004

ESTA PAGINA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

[illegible]



Abstract



180
JUCESP - São Paulo

JUCESP

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 53.174.058/0001-18
NIRE: 35.219.827.850

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAYASSOS, brasileiro, maior, solteiro, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº 150254050-P-3, residente e domiciliado na Rua C, nº 104 - Apto 14, Bairro Santa Cruz, São Paulo, SP, CPF 04182-135, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.802-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 154.270.358-78 e

LUIS ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 28.842 - SP, residente e domiciliado na Avenida Moema, nº 177 - Apto 1011, Moema, São Paulo, SP, CEP 04077-800, portador da cédula de identidade RG nº 8.980.284-X SSP/SP e do CPF/MF nº 033.056.556-30.

na qualidade de únicos sócios titulares da Sociedade Limitada EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, estabelecida na Rua Catendê, nº 79, Vila Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTAS COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.827.850 em 16/12/2004 e última alteração de nº 318.026/05-0 de 24/11/2005.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

- A. Os sócios resolvem abrir uma filial no Estado de São Paulo - Cidade de Marília, situada a Rua Francisco Banneco, nº 123 - E. Jardim Paraíso - CEP 17519-450.
- B. O objetivo social da filial é prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e entidades privadas na área contábil, conforme previsto no artigo 26 do Decreto-Lei nº 8236/48 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.
- C. Em face da alteração ora procedida fica alterado o Artigo 2º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Artigo 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.



Aug 31 1985

MSB 903079002 *

RECEIVED
U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION
WASHINGTON, D.C. 20535



100-100000-1
100-100000-2
100-100000-3
100-100000-4
100-100000-5
100-100000-6
100-100000-7
100-100000-8
100-100000-9
100-100000-10



JUL 2009

06

Artigo 1º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Celso, 70 - Vila Vermelho/CEP: 04288-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - Filial 01 - A Sociedade tem sua filial na cidade de São Paulo - Cidade de Meriti, situada a Rua Francisco Sarmento, nº 129 - E. Jardim Parati, CEP 17519-000.

Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial 01: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Terceiro - Objetivo Social da Filial 01: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sérgio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140022/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099/P-6, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

Parágrafo Único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 6º - O valor do Capital Social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), totalmente integralizado em moeda nacional do país, dividido em 400.000 (quatrocentos mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídos entre os sócios.



000 11 2005

000 11 2005 03079000 *

000 11 2005 03079000 *

000 11 2005 03079000 *



Nome	Quotas	Valor (R\$)	%
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	4.000	4.000,00	1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	396.000	396.000,00	99%
Totais	400.000	400.000,00	100%

Parágrafo único - A representação de cada sócio é feita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se posto à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente a judicial e extrajudicialmente.

Artigo 9º - É vedado aos sócios dar fiança, aval ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprio ou em negócios que lhe sejam atreves.

Artigo 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

Artigo 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Artigo 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.



JUL 59

Artigo 15º - Falecido dos sócios poderá ser transferido suas quotas, que são indivisíveis, para outro sócio ou para o representante do curso, em sua totalidade ou parcialmente, para a aquisição em qualquer de condições. No caso de verificarmos o consentimento do curso adquirente, poderá, total ou parcial, assim como poderá ser feita a transferência ao profissional habilitado, a ser feita de acordo com a Resolução CFC 695/56. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade recuse transferir de sociedade transferindo o total de suas quotas, escreverá dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterará o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das disposições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9245/60 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representem a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 695/56. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou Técnico em Contabilidade, escreverá dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterará o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morte, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento morte.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

Artigo 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.



2023 11 2005

2023 11 2005

2023 11 2005




Artigo 21º - O Conselho deliberará, sempre que não se encontrar impedido de exercer qualquer das atividades vinculadas à sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceto as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.295/48.


Artigo 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob as sanções legais, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fe pública, ou a propriedade.

Artigo 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

É por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, depois de lida e achado conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

São Paulo, 29 de agosto de 2008.



LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio

Testemunhas:


1 - CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG. Nº 20.868.622 SSP/SP


2 - DENISE CHARCON DELLA MONICA
RG. Nº 20.037.714 SSP/SP


LEILA MARIA DE MENEZES
ADVOGADA
OAB/SP Nº 108.600





405/2019

405

405/2019

405/2019



405/2019
405/2019
405/2019



NÚMERO PROTOCOLO
682044064

PC
MDE 1

41 - CATEGORIA

42 - 602044064

43 - 28218007859

44 - 01/01/92

45 - VA

46 - 01/01/92

47 - 01/01/92

48 - 01/01/92

49 - 01/01/92

50 - ECOM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

51 - 01/01/92

52 - 01/01/92

53 - 01/01/92

54 - 01/01/92

55 - 01/01/92

56 - 01/01/92

57 - 01/01/92

58 - 01/01/92

59 - 01/01/92

60 - 01/01/92

61 - 01/01/92

62 - 01/01/92

63 - 01/01/92

64 - 01/01/92

65 - 01/01/92

66 - 01/01/92

67 - 01/01/92

68 - 01/01/92

69 - 01/01/92

70 - 01/01/92

71 - 01/01/92

72 - 01/01/92

73 - 01/01/92

74 - 01/01/92

75 - 01/01/92

76 - 01/01/92

77 - 01/01/92

78 - 01/01/92

79 - 01/01/92

80 - 01/01/92

81 - 01/01/92

82 - 01/01/92

83 - 01/01/92

84 - 01/01/92

85 - 01/01/92

86 - 01/01/92

87 - 01/01/92

88 - 01/01/92

89 - 01/01/92

90 - 01/01/92

91 - 01/01/92

92 - 01/01/92

93 - 01/01/92

94 - 01/01/92

95 - 01/01/92

96 - 01/01/92

97 - 01/01/92

98 - 01/01/92

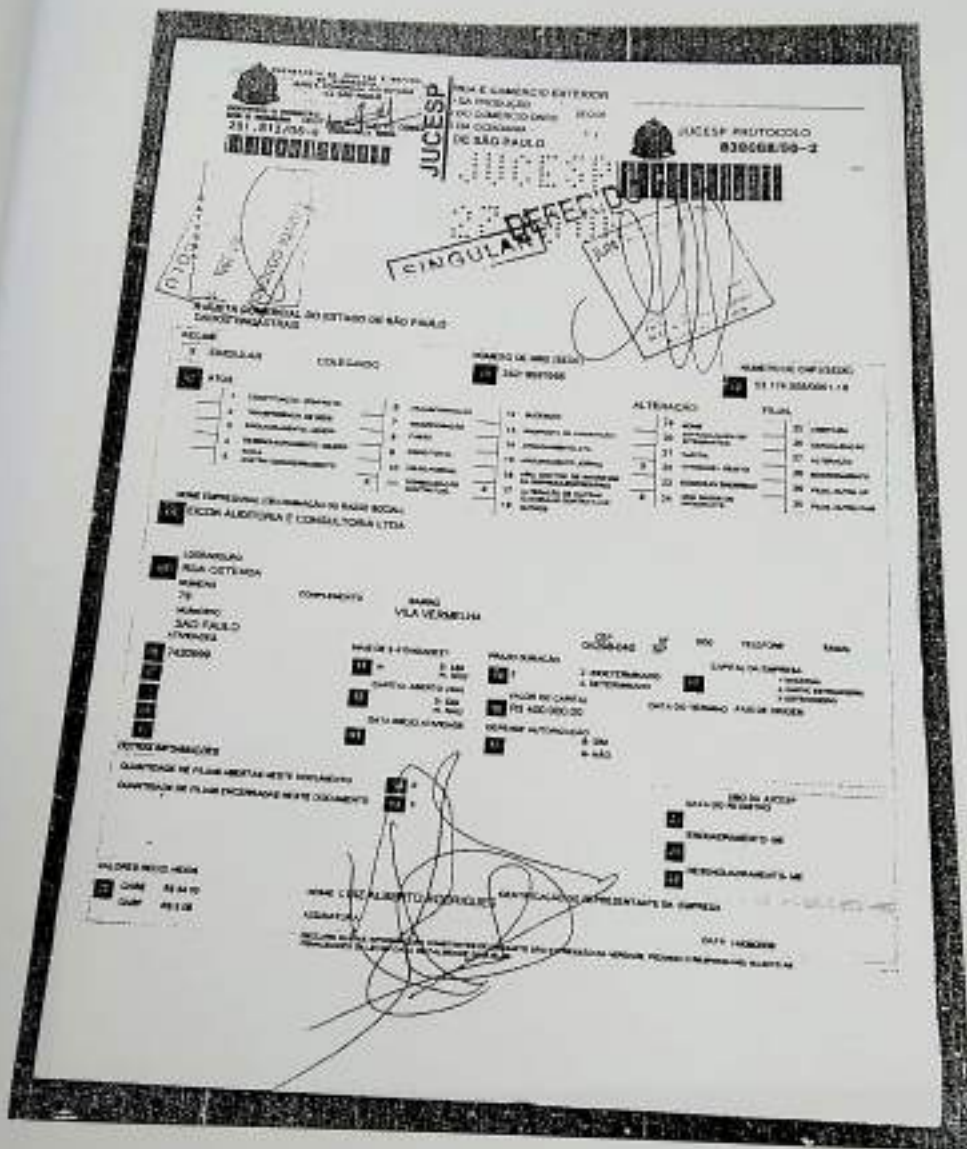
99 - 01/01/92

100 - 01/01/92

Data de Impressão: 2018/06/14 14:44:58

Varia (Isabel Rodopi)

Versão 5.43





983000
30 01 75



INFORMAÇÃO E DESPACHO

SISTEMA DE REGISTRO DE ATOS ADMINISTRATIVOS E DE CONTROLE DE ATOS

INFORMAÇÃO E DESPACHO

JUCESP

27/10/06

DATA: 27/10/06

ASSINATURA: [Assinatura]

ASSINATURA: [Assinatura]

DATA: 27/10/06

ASSINATURA: [Assinatura]

DATA: 27/10/06

ASSINATURA: [Assinatura]

ESTA PÁGINA É PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

423000

00 01 79



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

ECOM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 53.174.058/0001-18
NIRE: 35.218.937.958

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade de sócios

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 15P04209-9-S, residente e domiciliado na Rua C, nº 104 - Jd. 14, Bairro Santa Cruz, São Paulo, SP, CEP 04180-110, portador da cédula de identidade RG nº 07.002.332/SP e inscrito no CPF/MF nº 084.270.358-75 e

LUIS ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.042 - SP, residente e domiciliado na Avenida Paulista, nº 177 - Apt. 1011, Moema, São Paulo, SP, CEP 04011-900, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.862.354-X, SSP/SP e do CPF/MF nº 930.830.089-38.

Na qualidade de únicos sócios titulares da Sociedade Limitada ECOM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, estabelecida na Rua Orlando, nº 79, Vila Vermelho, São Paulo, SP, CEP 04288-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.218.937.958 em 10/12/2004 e única alteração de nº 165.314/01-9 de 25/08/06.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

- A. Alteração no endereço residencial do sócio LUIS ALBERTO RODRIGUES, que passará a ser na Rua José Maurício Filho, nº 150 - Apt. 86, São Bernardo do Campo, SP, CEP 06750-140;
- B. Os sócios resolvem alterar o objetivo social da matriz, que passará a ser a seguinte redação: Artigo 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privada na área ambiental, conforme previsto no artigo 28 do Decreto-Lei nº 926/66 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros;
- C. Em face da alteração ora provida fica alterado o Artigo 3º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, como ficando-se.



982006
00 01 72



117

**CONSTITUIÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA
EXCERPTA AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA**
CNPJ nº 174.034.000/11-8
NIRE 23.218.667.356

Por este instrumento Particular de Contrato Social de Constituição da Sociedade Limitada

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo nº 134.204.099-5, residente e domiciliado na Rua C, nº 134 - Apt 14, Bairro Santa Cruz, São Paulo - SP, CEP 04322-102, portador da carteira de identidade RG nº 17.427.602-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 154.270.358-78 e

SUZIE ALBERTO RODRIGUES, brasileira, maior, divorciada, administradora de empresas, devidamente inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo nº 23.543 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 155 - Apêlo 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09150-140, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.960.294-X SSP/SP e do CPF/MF nº 033.058.098-08.

Acordam constituir, entre si, uma sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Artigo 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EXCERPTA AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Osenda, 70 - Vila Vermeil, CEP 04333-040, podendo agir, agir, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - Filial 01 - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de Marília, situada à Rua Francisco Sarmento, nº 126 - E, Jardim Peres, CEP 17513-500.

Parágrafo Segundo - Capital Social destinado para a Filial 01: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Terceiro - Objeto Social da Filial 01: O objeto social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privada na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 0125040 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

Artigo 3º - O objeto social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privada na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 0125040 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática e bens de terceiros.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sérgio Paço, brasileiro, maior, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 15P140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do

903000
2000 72

Decreto Lei nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 6º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 7º - O valor do Capital Social para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), totalmente integralizado em moeda nacional do país, divididos em 400.000 (trezentos mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma e assim distribuídos entre os sócios.

Nome	Quotas	Valor (R\$)	
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	4.000	4.000,00	1%
LUIS ALBERTO RODRIGUES	396.000	396.000,00	99%
Totais:	400.000	400.000,00	100%

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

Artigo 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

Artigo 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.





92300.
00 01 72



JURECOP

Artigo 11º - No impedimento de fato de qualquer sócio, dependendo de morte ou renúncia, ou quando morrer, fale, ou declarar sua incapacidade, ou quando sofrer uma doença que o torne incapaz de exercer suas funções, a administração poderá nomear um substituto para o cargo vago.

Artigo 12º - A sociedade não possui Conselho Fiscal.

Artigo 13º - Os sócios reunem-se periodicamente dentro dos limites estabelecidos em estatuto social e em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

Artigo 14º - Nenhum dos sócios poderá vender ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévia e expressa autorização do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de venda ou transferência do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas quotas somente poderá ser feita a profissional ou profissional habilitado, nos termos da Resolução CFO 868/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade não tenha renúncia da sociedade, transferindo o total de suas quotas, será dada um substituto da mesma categoria profissional ou alienará a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja categoria profissional não for a mesma, o Conselho Fiscal será alterado para cumprimento das restrições quando em artigo 25 do Decreto Lei 925/68 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Artigo 15º - O exercício social coincide com o ano-civil, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será a distribuição nos termos da Resolução dos Sócios determinando.

Artigo 16º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representam a maioria do capital social.

Artigo 17º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 18º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFO 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiro do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, será dada um substituto da mesma categoria profissional ou alienará o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morte, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento morte.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de administração, a menos que seja da mesma categoria



CONSTITUIÇÃO

Artigo 10º - No expediente de abertura de qualquer livro contábil, o nome do responsável, de quem se exige, na direção da sociedade, deverá constar, em todos os livros, o nome da entidade designar aquele que deverá fiscalizar o livro.

Artigo 11º - A sociedade não adota Conselho Fiscal.

Artigo 12º - Os livros mínimos do estabelecimento devem ser mantidos em ordem, sob pena de suspensão do exercício social e extinção da sociedade.

Parágrafo único - Os livros mínimos ou estatutários serão preservados por qualquer dos sócios.

Artigo 13º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, sem sua anuência, sem prévia e expressa concordância do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de venda ou de transferência do outro sócio, o vendedor, cedente ou alienante sua quota somente poderá ser feita a profissional ou profissional habilitado, nos termos da Resolução CFC 86/99. Caso o alienante ou cedente não seja profissional ou profissional habilitado, a sociedade, ao aceitar a quota, deverá assumir a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou passadas a outro sócio, a responsabilidade técnica profissional não será alterada. O Conselho Fiscal será alterado para cumprimento das condições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9250/96 e para realização do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Artigo 14º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social será a destinação que a Reunião Ordinária dos sócios determinar.

Artigo 15º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios com representação a maioria do capital social.

Artigo 16º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 17º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 86/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou Técnico em Contabilidade, será-lhe dado um substituto de mesma categoria profissional ou atender-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morte, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento morte.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventário enquanto no curso do inventário não terá poderes de gestão, e, mesmo que seja da mesma categoria

92300.

30 01 92



JUCESP

profissional do Tâcnico. Os dados cadastrais e pessoais serão levantados pela recepção da lei em vigor.

Artigo 10º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 11º - O Conselho deliberará, ainda, que não se inscreva imposto de sobre as quotas das ações votadas e a sua prestação, da mesma forma a Tâcnico em Contabilidade, exceto as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9.205-45.

Artigo 12º - Os sócios declararão, sob as penas de Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos legais a pena que impeça, ainda que temporariamente, o exercício da função, ou por crime falimentar, de prestação, pena ou suspensão, decurso ou crime a economia popular, crime e sistema financeiro nacional, crime normas de defesa da concorrência, crime as relações de consumo, de pública ou a propriedade.

Artigo 13º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer litígios oriundos desta constituição social.

É por estarem assim justos e razoáveis, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, de uma, de 1 (uma) e a outra conforme, foi fornecida em todas as suas cópias, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

São Paulo, 14 de setembro de 2005

LUÍZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TEIXEIRA
Sócio

T. CLAUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG. nº 29.662.523 SSP/SP

DENISE CHARFOUN DELLA MONICA
RG. nº 28.037.714 SSP/SP

LEILA MARIA DE MENEZES
ADVOGADA
OAB/SP nº 106.590

JUCESP

JUCESP

933004
20 01 12



JUCESP		JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Protocolo		JUCESP-PROTOSGLO	
125-2007/07-6		0.230.602/07-1	
ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL, ALTERAÇÃO DO VALOR DO CAPITAL, ALTERAÇÃO DO CRÉDITO DE ATIVIDADE ECONÔMICA, OBJETO SOCIAL, CONSOLIDAÇÃO DA MATRIZ, INSCRIÇÃO DE INTEGRANTES		JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	
NOME EMPRESARIAL		VERA LÚCIA PEREIRA	
RACIONALIZADOR		VERA LÚCIA PEREIRA	
RUA		RUA VERMELHA	
Cidade		São Paulo	
Estado		SP	
CEP		04298-940	
Cidade do Município		São Paulo	
UF		SP	
Telefone			
Nome do Advogado			
Valor do Registro		R\$ 54,00	
Valor do DAE		R\$ 8,00	
Identificação do Representante da Empresa		CARLOS PEDRO DE PEREIRA TRAVASSOS (Administrador)	
Assinatura		[Assinatura]	
Data da Assinatura		27/04/2007	
Declaração de que a alteração foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Empresa		[Assinatura]	
Controlador Interno		000613422-0	



ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ nº 05.174.008/0001-18

NRE nº 2.219.497.995

Póssimo instrumento particular da alteração de uma sociedade de sócios

CARLOS HENRIQUE PARRIRA TRAVASSOS, brasileiro, casado, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 184204000-R-5, residente e domiciliado na Rua C, nº 104 - Aptº 14, Bairro Santa Cruz, São Paulo, SP, CEP 04182-135, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.800-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 194.270.305-70 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, solteiro, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 23.642 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 152 - Aptº 05, São Bernardo do Campo, SP, CEP 06750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 0.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.069.066-35.

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada EICON AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA, estabelecida na Rua Osenda, nº 79, Via Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04266-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.174.008/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NRE nº 2.219.497.995 em 18/12/2004 e última alteração de nº 291.812.08-5 de 27/05/2006.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, e saber:

- A- Os sócios resolvem alterar a denominação social para EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA., e adotar o nome fantasia EICON CONTROLES INTELIGENTES.
- B- Os sócios resolvem alterar o objetivo social da matriz, que passará a ter a seguinte redação: Artigo 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46, a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, e o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.
- C- Os sócios resolvem aumentar o Capital Social da Sociedade de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), mediante o aproveitamento de parte do saldo da Conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006.
- D- Em função do aumento do Capital Social da Sociedade nos termos do item "C", os sócios resolvem alterar a Cláusula Quarta do Contrato Social, onde se demonstra a nova composição do Capital Social, já com os efeitos do aproveitamento de parte do saldo da Conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme



JURISP

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006, em prosa e em a seguinte redação:

Artigo 8º: O Capital Social da Sociedade será de R\$ 800.000,00 (oitocentas mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da país e também com o acréscimo de parte do saldo da Conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentas mil reais), conforme Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006 e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Nome	Quotas	Valor (R\$)	%
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	8.000	8.000,00	1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	792.000	792.000,00	99%
Total:	800.000	800.000,00	100%

B- Em face das alterações ora prescritas ficam alterados os Artigos 1º, 2º e 3º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se:

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA
EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA.**

CNPJ: 03.174.080/0001-18
MEI: 35.213.007.950

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição de Sociedade Limitada

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, solteiro, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº 15P204029-P-5, residente e domiciliado na Rua C, nº 104 - Apto 14, Bairro Santa Cruz, São Paulo, SP, CEP 04162-120, portador de cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.326-76 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorçado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 05, São Bernardo do Campo, SP, CEP 08730-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.850.254-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.094-56, ajustam constituir, entre si, uma sociedade empresarial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Artigo 1º: A sociedade gira sob a denominação social de **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, e adota o nome fantasia **EICON CONTROLES INTELIGENTES**.

Artigo 2º: A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Otaviano, 79 - Vila Vermelho, CEP 04258-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - Fídal 01: A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de Marília, situada à Rua Francisco Barneto, nº 129 - E. Jardim Paraisópolis, CEP 17518-500.

87



Parágrafo Segundo - Capital Social parágrafo pelo a Faltal 01: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Parágrafo Terceiro - **Objetivo Social** da Faltal 01: O objetivo social da Faltal é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9235/46 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral, a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, e o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

Artigo 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9235/46 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral, a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, e o licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especificamente contrato abaixo assinado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, na seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sérgio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 15P140922D-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei nº 9235/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 15P204099P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9235/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsto do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendo os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9235/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 6º - O Capital Social da Sociedade será de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e também com o aproveitamento de parte do saldo da Conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006 e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Nome	Quotas	Valor (R\$)	%
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	8.000	8.000,00	1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	792.000	792.000,00	99%
Totais:	800.000	800.000,00	100%



JUCESP

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de sua quota, não sendo responsável solidariamente pela liquidação do capital social nos termos do artigo 1.042 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a aquisição de partes a venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assessor pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizada o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em qualquer circunstância ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

Artigo 9º - É vedado aos sócios dar fiança, aviso ou qualquer outra garantia em nome da sociedade em favor próprio ou de terceiros ou próprio ou em negócios que lhe sejam afins.

Artigo 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

Artigo 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Artigo 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 45 dias seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

Artigo 15º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento de outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas quotas somente poderá ser feito a profissional devidamente habilitada, nos termos da Resolução CFC 968/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade deixe de comparecer à sociedade, transferindo a parte de suas quotas, somente a parte um substituto de mesma categoria

87



profissional ou alienar-se à sua atividade social, e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional regularmente habilitado.

Parágrafo único - Se os sócios tiverem alienado a empresa ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for técnica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9250/60 e para modificação do objeto social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional regularmente habilitado.

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calcendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados os demonstrativos financeiros, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação da reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representem a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido ou habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartindo seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, será-lhe dada um substituto da mesma categoria profissional ou alienar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional regularmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morte, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento morte.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gestão, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

Artigo 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 21º - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas à sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceto as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.250/46.

Artigo 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se





...entram nos efeitos dele, a parte que vede, ainda que temporariamente, o acesso e margem pública, ou seja crime falimentar, de gestão, de administração, concussão, peculato, ou crime de economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Artigo 22º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

É por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.


São Paulo, 27 de abril de 2007.

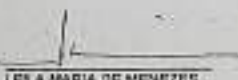

LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio

Testemunhas:


1 - CLAUDIO SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG nº 20.651.622 SSP/SP


2 - SÉRGIO PEREIRA
RG nº 9.514.317 SSP/SP


LEILA MARIA DE MENEZES
ADVOGADA
OAB/SP nº 190.500





JUCESP
10 09 08

Visto
Copiada
P.O.: 29.976.736-X

COMERCIAL
CÓDIGO 01-07

7 7000 ☆

C.O.F.O.

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA.

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.897.966

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 15P204099-P-3, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-78 e
LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.542 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 08750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA., estabelecida na Rua Orlândia, nº 79, Vila Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.897.966 em 16/12/2004 e última alteração de nº 125.966/07-6 de 10/05/2007.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

- A- O sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, tem seu estado civil alterado de Solteiro para Casado sob o regime de comunhão parcial de bens, tendo mudado de endereço de residência também para Rua Piracicaba, 480 - Vila Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180.
- B- Os sócios resolvem alterar o nome fantasia de "Eicon Controles Inteligentes" para EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES.
- C- Em face da alteração ora processada fica alterado o Artigo 1º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

2

89..

J.

(n)



JUCESP
10 09 08

Viso
Conferido
RG: 29.376.736-X

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA
EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA.**

CNPJ: 53.174.058/0001148
NIRE: 35.219.097.966

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade Limitada os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Vila Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-78 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Artigo 1º - A sociedade gira sob a denominação social de **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA.**, e passa a adotar o nome fantasia de **"EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES"**.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP 04256-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - Filial #1 - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de Marília, situada à Rua Francisco Barrueco, nº 129 - E, Jardim Parisi, CEP 17519-500.

Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial #1: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Parágrafo Terceiro - Objetivo Social da Filial #1: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

Artigo 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº

[Handwritten signatures and initials]



JUCESP
10 09 06

Visto
Conferido
R.G. 28.976.735-X

9295446 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros; bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

Artigo 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sérgio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei nº 9295446.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204096-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295446.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsto do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendidos os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295446, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Artigo 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Artigo 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e também com o aproveitamento de parte do saldo de conta Lucros Acumulados no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2006 e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Nome	Quotas	Valor (R\$)	%
CARLOS H. PEREIRA TRAVASSOS	8.000	8.000,00	1%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	792.000	792.000,00	99%
Totais:	800.000	800.000,00	100%

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

Artigo 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio; a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Artigo 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto,



JUCESP
10 09 08

Visto
Conferido
RC. 29.936.736-X

em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

Artigo 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

Artigo 10º - Poderão os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderão os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

Artigo 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

Artigo 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

Artigo 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

Artigo 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

Artigo 15º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas, será-lhe dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do Decreto Lei 9295/466 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

Artigo 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada



JUL 20 10 09 00

Visto
Conferido
Rev.: 29.078.736-X

ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representem a maioria do capital social.

Artigo 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

Artigo 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão de herdeiros do falecido se habilitados profissionalmente pela Resolução CFC 858/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alienar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a constituição e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento morte, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento morte.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gestão, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

Artigo 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

Artigo 21º - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceto as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.295/45.

Artigo 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de privação, perda ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Artigo 23º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.



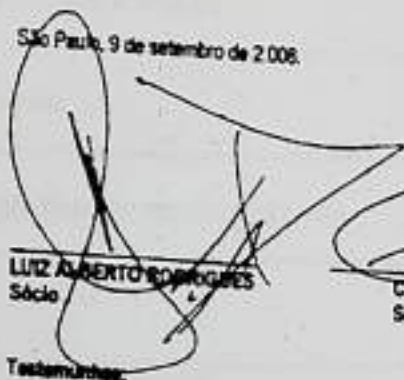
JUCESP
10 09 08

Visto
Conferido
RC 29.976.736-X



E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, foi aprovado em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

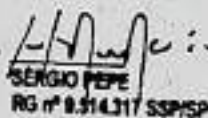
São Paulo, 9 de setembro de 2008.


LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio

Testemunhas:


CLÁUDIA SILVEIRA DA SILVA SOARES
RG nº 20.848.522 SSP/SP


SÉRGIO PEPE
RG nº 8.514.317 SSP/SP


LEILA MARIA DE MENEZES
ADVOGADA
OAB/SP nº 198.500



JUCESP



JUCESP

rio Exterior

DNRC

SEQ. DOC.

JUCESP PROTOCOLO
0.715.664/10-4



DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR

NIRE DA SEDE
3521969795-6

CNPJ DA SEDE
53.174.058/0001-18

ATO(S)
Inclusão/Alteração de Integrantes;

NOME EMPRESARIAL
EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

LOGRADOURO
RUA OSTENDA

NUMERO
79

COMPLEMENTO

BAIRRO/DISTRITO
VILA VERMELHA

CEP
04298-040

CÓDIGO DO MUNICÍPIO
5433

MUNICÍPIO
São Paulo

UF
SP

CORREIO ELETRÔNICO
claudiaavisao@gmail.com

TELEFONE
43322393

NOME DO ADVOGADO

N. OAB

U.F.

VALORES RECOLHIDOS

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

GARE 54,00

NOME: LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Administrador)

DARF 21,00

ASSINATURA:

DATA 11/08/2010
ASSINATURA:

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

006412173-9



ANEXO, FICHA DE
BREVE RELATO

12/1/98 1/10
[Signature]

923000.
01 00 01



JUCESP
18 08 10

Visto
Conferido
RG: 7.880.997

OCOLO

9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauri - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79, Vila Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nr. 159.953/10-B de 12/05/2010.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

A - O sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, na condição de cedente, cede e transfere 72.000 (setenta e duas mil) quotas de capital no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para o sócio CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS. O cedente ratifica através deste ato haver recebido a importância acima pactuada, dando e recebendo junto ao cessionário, plena, geral e rasa quitação, assim como declara ter recebido todos os direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo dela a reclamar, seja a que título for.

B - Os sócios resolvem alterar o Artigo 6º. Em face da alteração do item A, que passa a ter a seguinte redação: Artigo 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.



JUCESP
16 08 10



9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-05060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-78 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauru - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79, Via Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nº 159.953/10-B de 12/05/2010.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

A - O sócio LUIZ ALBERTO RODRIGUES, na condição de cedente, cede e transfere 72.000 (setenta e duas mil) quotas de capital no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) para o sócio CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS. O cedente ratifica através desta ato haver recebido a importância acima pactuada, dando e recebendo junto ao cessionário, plena, geral e rasa quitação, assim como declara ter recebido todos os direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo dela a reclamar, seja a que título for.

B - Os sócios resolvem alterar o Artigo 6º. Em face da alteração do item A, que passa a ter a seguinte redação:
Artigo 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

JUCESP
15 de 10

Visto
Conferido
RG: 7.580.997



C - O sócio CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS nesta ato fará parte da administração da sociedade e responderá também como sócio administrador, na forma da lei.

D - Em face das alterações ora procedidas fica alterado o Artigo 6º, permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18

NIRE: 35.219.697.956

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade empresária limitada os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema - MG, nascido em 25/05/1975, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracicaba, 480 - Vila Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-160; portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauri - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Apto 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

ARTIGO 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA. E tendo o nome fantasia de "EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES".

ARTIGO 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP 04298-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - -Filial 01 - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de Marília, situada a Rua Francisco Barrueco, nº 129 - E, Jardim Parati, CEP 17519-500. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nr. 35903079002 em 31/08/2008. - Filial 02 - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de São Paulo, sita a Rua Bogaert, 107 - Vila Vermelha - CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nr. 35903813610 em 12/05/2010.

Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial 01 e 02: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada filial.

Parágrafo Terceiro - Objetivo Social da Filial 01 e 02: O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no

JUCESP
18 08 10

Visto
Conferido
RG: 7.860.997



artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

ARTIGO 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

ARTIGO 4º Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º - parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-lei nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

ARTIGO 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

ARTIGO 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

3

87...

JUCESP
15 06 10

Visto
Contendo
RG: 7.860.997



ARTIGO 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

ARTIGO 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

ARTIGO 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

ARTIGO 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

ARTIGO 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

ARTIGO 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

ARTIGO 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo único - As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão presididas por qualquer dos sócios.

ARTIGO 15º - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas, que são indivisíveis, sem prévio e expresso consentimento do outro, ao qual ficará reservada a preferência para a aquisição em igualdade de condições. No caso de verificar-se o consentimento do outro sócio transferir, vender, ceder ou alienar suas cotas somente poderá ser feita a profissional ou profissionais habilitados, nos termos da Resolução CFC 868/99. Caso o sócio Contador ou Técnico em Contabilidade resolva retirar-se da sociedade, transferindo o total de suas quotas, ser-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á os objetivos sociais e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

Parágrafo único - Se as quotas sociais forem alienadas a terceiros ou mesmo a outro sócio cuja condição profissional não for idêntica, o Contrato Social será alterado para cumprimento das restrições quanto ao artigo 25 do

JUN 30
16 09 10

Visão
Conferido
RQ - 7.880.997

Decreto Lei 9.295/46 e para modificação do objetivo social e da responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação do profissional legalmente habilitado.

ARTIGO 16º - O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes.

Parágrafo único - O lucro líquido apurado em cada exercício social terá a destinação que a Reunião Ordinária dos Sócios determinar.

ARTIGO 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos legais e por determinação de reunião ordinária ou extraordinária dos sócios que representem a maioria do capital social.

ARTIGO 18º - A reunião de sócios que decidir a liquidação determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e fixando os respectivos honorários.

ARTIGO 19º - No caso de falecimento de um dos sócios a sociedade poderá continuar, com a admissão do herdeiro do falecido se habilitado profissionalmente pela Resolução CFC 868/99. Se impossível essa admissão por falta de herdeiro profissional, a sociedade se dissolverá repartidos seus haveres entre o sócio sobrevivente e herdeiros do falecido. Caso o evento ocorra com sócio Contador ou o Técnico em Contabilidade, será-lhe-á dado um substituto da mesma categoria profissional ou alterar-se-á o objetivo social e a responsabilidade técnica, com a contratação e nomeação de profissional legalmente habilitado.

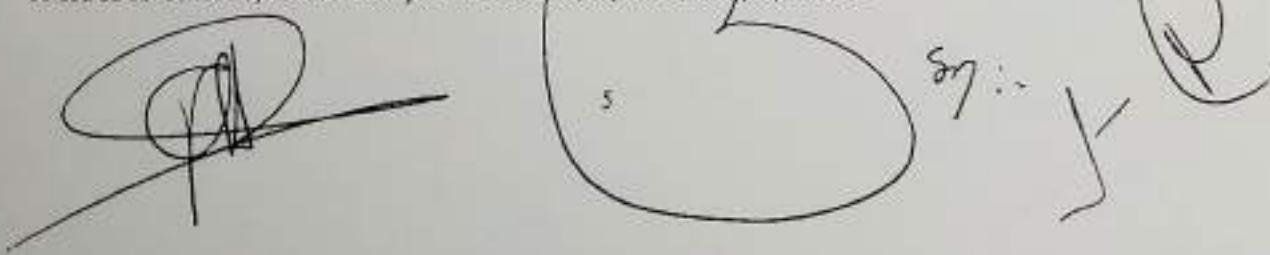
Parágrafo primeiro - Os haveres do sócio falecido serão pagos aos seus herdeiros na forma da lei, com balanço especial, levantado na data do evento mortis, em 12 (doze) parcelas mensais após 60 dias do evento mortis.

Parágrafo segundo - Em tendo ocorrido o falecimento do sócio, o inventariante enquanto no curso do inventário não terá poderes de gerência, a menos que seja da mesma categoria profissional do falecido. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pelas disposições da lei em vigor.

ARTIGO 20º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício, os sócios deliberarão sobre as contas e designação de administradores quando for o caso.

ARTIGO 21º - O Contador contratado declara que não se encontra impedido de exercer quaisquer das atividades vinculadas a sua profissão, da mesma forma o Técnico em Contabilidade, exceção as que se referem à alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei Nº 9.295/46.

ARTIGO 22º - Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei Especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



JUCESP
18 08 10


Visto
Conferido
nº 7.880.997




ARTIGO 22º - Os sócios elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato social.

E por estarem assim justos e contratados, lavrando-se o presente contrato social em 3 (três) vias, a qual, depois de lida e achado conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinado e rubricado em todas as suas folhas pelos atuais sócios detentores da totalidade do capital social da sociedade.

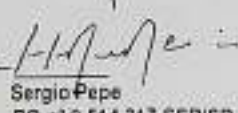
São Paulo, 04 de agosto de 2010.



LUIZ ALBERTO RODRIGUES
Sócio Administrador


CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS
Sócio Administrador

Testemunhas


Cláudia Silveira da Silva Soares
RG nº 20.668.522 SSP/SP


Sergio Pepe
RG nº 9.514.317 SSP/SP


LEILA MARIA DE MENEZES
Advogada - OAB/SP nº 198.500



JUCESP



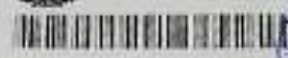
JUCESP

Modelo 1000

1
1



JUCESP PROTOCOLO
0.892.963/10-4



JUNTA C
* 110
PROT



JUNTA COMERCIAL
* 110
PROTOCOLO

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3521969795-6	CNPJ DA SEDE 53.174.058/0001-18
ATO(S) Encerramento de Filial;			
NOME EMPRESARIAL EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGOCIOS LTDA			
LOGRADOURO RUA OSTENDA		NÚMERO 79	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO VILA VERMELHA	CEP 04298-040	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5433
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	
CORREIO ELETRÔNICO claudisvisao@gmail.com		TELEFONE 21751111 Ramal 110	
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	U.F.
VALORES RECOLHIDOS	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA		
GARE 54,00	NOME: CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS (Administrador)		
DARF ISENTA	ASSINATURA: DATA 30/09/2010		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

006696291-9



ANEXO, FICHA DE
BREVE RELATO

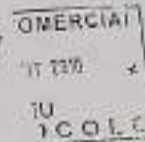
01/10/20

[Handwritten signature]

923000
01 01 50



JUCESP
07.10.10



10ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18
NIRE: 35.219.697.956



Por este instrumento particular de alteração de uma sociedade os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracaba, 480 - Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602/3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

LUÍZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauri - SP, nascido em 14/10/1958, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Monteiro Filho, nº 150 - Aptº 06, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.058.098-38,

Na qualidade de únicos sócios quotistas da Sociedade Empresária limitada EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA, estabelecida na Rua Ostenda, nº 79, Via Vermelha, São Paulo, SP, CEP 04298-040, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.174.058/0001-18 e devidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO sob o NIRE nº 35.219.697.956 em 16/12/2004 e última alteração registrada sob o nr. 294.874/10-0 de 16/08/2010.

Resolvem de pleno e comum acordo alterar o contrato social conforme cláusulas e condições, a saber:

A - Os sócios resolvem encerrar nesta data a filial sita no Estado de São Paulo - Cidade de Marília - a Rua Francisco Barrueco, 129 - E - Jardim Parati - CEP- 17519-500. Inscrita no cnpj sob o nr. 53.174.058/0002-07; inscrição municipal junto a Prefeitura de Marília sob nr. 37913 e NIRE nr. 35903079002.

B - Em face da alteração ora procedida fica alterado o Artigo 2º, Permanecendo inalterados os demais artigos do contrato social original, consolidando-se,

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA

CNPJ: 53.174.058/0001-18
NIRE: 35.219.697.956

Por este Instrumento Particular de Contrato Social de uma Sociedade empresária limitada os sócios:

CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS, brasileiro, natural de Conceição de Ipanema - MG, nascido em 26/05/1976, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 1SP204099-P-5, residente e domiciliado na Rua Piracaba, 480 - Via Valparaíso - Santo André - SP - CEP-09060-180, portador da cédula de identidade RG nº 17.427.602/3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 164.270.308-76 e

JUCESP
07 10 10



LUIZ ALBERTO RODRIGUES, brasileiro, natural de Bauru - SP, nascido em 14/10/1955, maior, divorciado, administrador de empresas, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração sob o nº 29.842 - SP, residente e domiciliado na Rua José Montano Filho, nº 150 - Apto 08, São Bernardo do Campo, SP, CEP 09750-140, portador de Cédula de Identidade RG nº 8.960.264-X SSP/SP e do CPF/MF nº 030.068.098-38.

Resolvem consolidar o contrato social da sociedade empresária limitada de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

ARTIGO 1º - A sociedade gira sob a denominação social de EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA. E tendo o nome fantasia de "EICON INTELIGÊNCIA EM CONTROLES".

ARTIGO 2º - A Sociedade tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Ostenda, 79 - Vila Vermelha, CEP 04298-040, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. A sociedade tem seu foro na Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade tem sua filial no Estado de São Paulo - Cidade de São Paulo, sita à Rua Bogaert, 107 - Vila Vermelha - CEP-04298-020. Registrada na JUCESP-SP sob o NIRE nº 35903813610 em 12/05/2010.

Parágrafo Segundo - Capital Social destacado para a Filial é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Parágrafo Terceiro - **Objetivo Social da Filial** - O objetivo social da filial é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria e treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de locação e manutenção em equipamentos de informática em geral.

ARTIGO 3º - O objetivo social da matriz é a prestação de serviços de consultoria, assessoria, auditoria, treinamento nas áreas financeira, fiscal e tributária, planejamento com informatização em sistemas voltados para administração pública e privados na área contábil, conforme previsto no artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295/46 e também a prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática em geral e também a representação comercial de produtos de informática através de terceiros, bem como licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição.

ARTIGO 4º - Da responsabilidade Técnica: A responsabilidade técnica pela execução dos serviços profissionais e contábeis prestados pela sociedade, de acordo com os objetivos sociais, ficará a cargo do Contador especialmente contratado abaixo qualificado e do sócio Carlos Henrique Pereira Travassos, da seguinte forma:

a) Contador Contratado - Sergio Pepe, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Contador - CRC nº 1SP140922/O-8, responderá pelos serviços contábeis previstos no artigo 25 do Decreto Lei Nº 9295/46.

b) Sócio - Carlos Henrique Pereira Travassos - Contador - CRC - nº 1SP204099-P-5, responderá pelos serviços contábeis, exceto os previstos na alínea "C" do artigo 25 do Decreto Lei nº 9295/46.

Parágrafo único - Constituído procurador, conforme previsão do artigo 10º, parágrafo único, deste instrumento, este poderá exercer a responsabilidade técnica pela sociedade, desde que atendido os preceitos do artigo 25, do decreto-

JUCESP
07 10 10



no nº 9295/46, bem como, após comunicação imediata ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo

ARTIGO 5º - A sociedade iniciou suas atividades em 09/01/84 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

ARTIGO 6º - O Capital Social da Sociedade é de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), representado por 800.000 (oitocentas mil) quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país e distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

Sócios	quotas	Valor R\$	%
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	720.000	720.000,00	90
CARLOS HENRIQUE PEREIRA TRAVASSOS	80.000	80.000,00	10
	=====	=====	===
Totais:	800.000	800.000,00	100

Parágrafo único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social nos termos do artigo 1.052 do Código Civil.

ARTIGO 7º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio, a que fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

ARTIGO 8º - A administração da sociedade caberá a ambos os sócios com poderes e atribuições de assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos sócios ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização prévia do outro sócio. Os sócios representarão a sociedade ativa e passivamente e judicial e extrajudicialmente.

ARTIGO 9º - É vedado aos sócios dar fianças, avais ou qualquer outra garantia em nome da sociedade, em favor próprio ou de terceiros ou próprios ou em negócios que lhe sejam alheios.

ARTIGO 10º - Poderá os sócios contratar outros profissionais devidamente habilitados perante o CRC, para exercerem em conjunto as responsabilidades técnicas pela sociedade.

Parágrafo único - Também poderá os sócios nomear procuradores, com fins específicos, para agir em nome da sociedade, sendo que estas procurações deverão ser lavradas em Cartório, especificando quais atos poderão ser praticados pelos procuradores.

ARTIGO 11º - Os Sócios terão direito a uma retirada mensal que será fixada pela Assembleia Geral que os nomear, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação e as possibilidades financeiras da sociedade.

ARTIGO 12º - No impedimento ou falta de qualquer sócio, decorrente de morte ou renúncia, ou quando ocorrer vaga na diretoria por qualquer outro motivo caberá aos sócios em reunião ordinária ou extraordinária designar aquele que deverá ocupar o cargo vago.

ARTIGO 13º - A sociedade não adotará Conselho Fiscal.

ARTIGO 14º - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente dentro dos 4(quatro) meses seguintes após o encerramento do

3